

## RESENHA



### **Metrópole do Rio e projeto nacional:**

Uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território.

Autor: Bruno Leonardo Barth Sobral

Editora: Garamond Universitária

Número de páginas: 368

Ano de lançamento: 2013

No final de 2013, o Conselho Editorial da revista *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, editada pela CEPERJ, solicitou-me a agradável e desafiadora tarefa de resenhar o premiado livro do professor Bruno Leonardo Barth Sobral (Faculdade de Economia da UERJ), intitulado “Metrópole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território”, que veio a lume em 2013, pela editora Garamond Universitária (publicação também apoiada pela FAPERJ).

Trata-se de uma obra baseada na tese de doutoramento do autor, defendida na UNICAMP, sob a orientação do prof. Carlos Brandão, e que foi laureada com o primeiro lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia de 2012, concedido pelo Conselho Federal de Economia e pelo IPEA.

A tarefa é agradável por vários motivos, a começar pelo fato de que se trata de tema de extrema relevância, desenvolvido pelo autor de forma rigorosa, teoricamente consistente e com redação impecável (coisa rara em livros escritos por economistas...). E a tarefa é desafiadora porque o livro exige do leitor pelo menos um conhecimento básico de Teoria do Desenvolvimento, de questões teóricas ligadas ao debate da Questão Regional e Urbana e também de temas afeitos à Economia das Estruturas Industriais e da Concorrência.

O autor ostenta o mérito que deve ser logo destacado aqui: o de ter absorvido muito bem os ensinamentos de mestres como Carlos Brandão, Mauro Osorio, Carlos Lessa e Wilson

Cano. Em suma, um timaço! Ao aproveitar as obras dos referidos autores e também uma vasta literatura dos temas acima mencionados, o autor consegue articular assuntos que se mostram coerentes e fundamentais para perseguir o objetivo principal do seu livro, qual seja, o de buscar compreender não apenas os condicionantes da evolução histórica da estrutura produtiva (e social, por suposto) fluminense, mas o de avaliar até que ponto o ciclo recente de investimentos que vêm sendo feitos no Estado do Rio de Janeiro pode promover de fato uma integração de sua estrutura produtiva, dentro de um projeto nacional de desenvolvimento.

Desta forma, assim como o autor anuncia já na apresentação do livro (sob o auspicioso título “Por um novo protagonismo: a luta pelo desenvolvimento do Rio de Janeiro é também a luta pelo desenvolvimento do Brasil”), a compreensão da realidade fluminense, bem como as propostas para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, não podem e não devem se separar de uma discussão mais ampla do próprio desenvolvimento nacional. Seus argumentos culminam em uma avaliação crítica (e muito convincente) acerca da suposta “inflexão positiva” que estaria em curso no Estado do Rio de Janeiro desde os anos 1990, tese que ganhou certo destaque nos últimos anos, em trabalhos apressadamente publicados por outros economistas que também têm se dedicado a estudar a realidade do Rio de Janeiro.

Bruno é ambicioso nos objetivos traçados e – melhor ainda – cumpre o que promete. O autor encadeia seus argumentos em um livro dividido em duas partes, cujos capítulos (todos de títulos bem longos) anunciam a complexidade dos temas a serem tratados. Em primeiro lugar, pontua muito bem a peculiaridade do Rio de Janeiro, não apenas por ter sido capital da República e pelo fato de o município que hoje é a capital do estado ter sido uma cidade-estado entre 1960 e 1975, quando houve a fusão entre o antigo Estado do Rio de Janeiro e a Guanabara. Bruno também sublinha as dificuldades e as contradições advindas do fato de o atual Estado do Rio de Janeiro ser constituído por uma região metropolitana muito populosa e precariamente desenvolvida (“relativos vazios econômicos”) e por um interior pouco integrado logisticamente e, em algumas áreas, sofrendo esvaziamento demográfico intenso – em boa medida também por carência de desenvolvimento econômico e de perspectivas para a população, especialmente a mais jovem.

Na Parte 1, o autor analisa os principais determinantes teóricos, macrossetoriais e históricos do desenvolvimento econômico da região que corresponde ao atual Estado do Rio de Janeiro. No primeiro capítulo dessa parte, intitulado “A escala da economia metropolitana: os desafios na construção de mediações segundo o padrão de acumulação dominante e a

natureza do investimento produtivo”, o autor examina questões teóricas relacionadas às estratégias industriais e ao papel da indústria no processo de desenvolvimento. Tomando por base as obras de autores clássicos do pensamento econômico brasileiro, como Celso Furtado e Conceição Tavares, bem como autores referenciais da Teoria Econômica, como Schumpeter, Keynes, Kaldor e Kalecki, entre outros, Bruno Sobral mostra que a lógica do capitalismo pressupõe um contínuo processo de transformações em que desequilíbrios (em suas diversas dimensões), conflitos e disputas por espaços de valorização da riqueza são partes constitutivas e imanes do processo de desenvolvimento econômico. Por “espaço”, entende não apenas a ocupação de território, mas também o controle (sempre temporário, por suposto) de fatias de mercado. Merece também destaque a contribuição de Nicholas Kaldor para a compreensão do papel que a indústria tem no processo de desenvolvimento econômico, quer seja pelos seus efeitos dinâmicos sobre as próprias atividades industriais (através dos ganhos contínuos de produtividade – essência do processo de desenvolvimento econômico), quer seja também pela sua capacidade de generalizar esses ganhos para outras atividades econômicas. De Hirschman, retira os ensinamentos sobre os diversos fatores que induzem e criam as decisões de investir, ordenando-os adequadamente de forma a serem bem aproveitados na análise subsequente do seu livro.

A postura do autor, na redação do primeiro capítulo, é clara: de forma articulada e muito erudita, ele estuda os diferentes aspectos teóricos dos determinantes do investimento produtivo e, assim, vai preparando o terreno para o estudo da realidade fluminense e, principalmente, para identificar potencialidades (bem como os entraves e dificuldades de toda ordem) para a dinamização da estrutura produtiva da economia fluminense, sempre com um olhar para a necessidade de superação do desadensamento produtivo que sempre caracterizou a atividade produtiva no estado. O termo desadensamento, aliás, vai reaparecer em diversas passagens de sua obra, muitas vezes na forma do termo “estrutura oca”, maneira menos formal, mas também rigorosa e esclarecedora, de caracterizar o processo histórico de desenvolvimento da economia fluminense – inclusive sob os tempos mais recentes, em que alguns setores-chave têm merecido maiores investimentos por parte do setor privado e do setor público (a ver, a seguir).

A metodologia utilizada na primeira parte do livro fundamenta-se em identificar aspectos teóricos que ajudem não somente a compreender a realidade histórica, econômica e social fluminense, como também gera uma reflexão para a ação que deveria ser seguida pelo

poder público, em todas as suas dimensões (institucional, de elaboração de políticas públicas e política econômica, e também atuação política propriamente dita), para reverter essa “estrutura produtiva oca”.

Logo nas primeiras páginas, percebe-se que se trata de um livro de combate, combate pelas boas causas, mas que são formuladas com extremo rigor teórico, apoiado em autores de truz – e todos muito bem explorados por Bruno Sobral.

No segundo capítulo da primeira parte, intitulado “Evolução dos regimes competitivos no Brasil a partir da década de 1990 e as trajetórias recentes, em termos mundiais e nacionais, de cadeias estruturantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, o autor procura, em suas palavras, “traçar em linhas gerais uma análise crítica dos determinantes da dinâmica econômica brasileira a partir da década de 1990 e dos impasses que se colocam para a retomada efetiva de uma estratégia de industrialização”. No referido capítulo, o autor discute aspectos teóricos de tema central para o desenvolvimento econômico brasileiro, a industrialização, ou melhor, os riscos da desindustrialização em que estamos envolvidos. Ademais, o autor – mais uma vez – demonstra que a análise da realidade fluminense é indissociável da nacional, ainda mais porque o Rio de Janeiro abriga alguns dos setores industriais mais importantes que estarão certamente envolvidos em um eventual esforço reindustrializante (termo que eu uso aqui) da economia brasileira. Refiro-me às cadeias produtivas do setor siderúrgico, do naval e da petroquímica. Também se deve registrar que a ênfase do autor na Região Metropolitana do Rio de Janeiro não é sem motivo, pois de fato os municípios que a constituem são aqueles que concentram os maiores problemas sociais do estado, a despeito de ainda apresentarem algum grau de desenvolvimento industrial. O problema, justamente, é que o grau de desenvolvimento não é minimamente suficiente para dotar a vasta população metropolitana de algumas formas básicas de conforto material e de qualidade de vida, conforme ficará claro pela análise de informações dispostas na segunda parte do livro.

Ainda no segundo capítulo, Bruno Sobral revela como a inserção passiva da economia brasileira no cenário internacional, nos anos 1990, marcada por uma etapa de acirramento da concorrência intercapitalista (que o senso comum chama de globalização), acompanhada pela financeirização da riqueza, pela mudança de estratégias empresariais em favor de uma rápida reestruturação produtiva e por uma consequente redivisão internacional do trabalho e da produção (da qual se beneficiaram os países asiáticos em geral, e a China, em particular)

inaugurou o processo de desindustrialização brasileiro. Ao longo do referido capítulo, o autor apresenta e discute dados sobre a qualidade da inserção externa brasileira a partir de uma análise do saldo comercial por intensidade tecnológica, explicitando um quadro preocupante. A principal constatação que surge da análise produzida é a de um “gradual processo de desadensamento de importantes cadeias de produção (principalmente nos complexos químico-farmacêutico e eletrônico)”.

O capítulo é concluído com uma percuciente análise da evolução recente de cada uma de importantes cadeias produtivas existentes no Estado do Rio de Janeiro, cujo conteúdo poderia ser útil a todos aqueles que estudam, pesquisam ou ensinam temas relacionados à economia industrial, especialmente se a mesma for interpretada sob um ponto de vista heterodoxo. As cadeias analisadas são as dos setores siderúrgico, petroquímico e, finalmente, o naval, que concentra no Estado Rio de Janeiro quase 90% da produção nacional (e que foram recentemente recuperados pelo governo Lula, depois de terem sido abandonados nos anos 1980 e, especialmente, nos anos 1990). Convido o leitor dessa resenha, interessado em temas afeitos à temática da concorrência industrial, a estudar (não apenas ler, mas de fato estudar, dada a elevada qualidade das análises) essa parte do livro, difícil de resumir aqui em poucas palavras.

No terceiro e último capítulo da primeira parte do livro, intitulado “Determinantes históricos da economia fluminense e de seu processo de urbanização”, Bruno Sobral discute temas afeitos à literatura da Questão Regional e Urbana, procurando retratar a contradição decorrente do fato de que o Município do Rio de Janeiro tem uma posição marcada por uma centralidade no contexto nacional, mas isso não ter sido capaz de evitar uma fragilidade da divisão territorial do trabalho sob seu comando. O autor contextualiza historicamente o papel do Rio de Janeiro para o desenvolvimento capitalista no Brasil, desde a época colonial. Destaca, porém, que, desde os últimos anos do século XIX, o Rio de Janeiro enfrentou dificuldades para promover o avanço das relações de produção. Recuperando o já conhecido debate sobre o estabelecimento do trabalho assalariado no país e seus efeitos diferenciados sobre as economias fluminense e paulista (tema, de resto, bastante estudado na literatura de História Econômica do Brasil, a começar pela obra seminal – pela sua metodologia estruturalista – de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*), notadamente no que se refere, inicialmente, à produção cafeeira nos respectivos estados, Bruno destaca o papel que teve a economia paulista quando houve o início da industrialização no país. Desta maneira, a

partir dos dados oficiais do censo de 1920, foi possível constatar que a economia fluminense deixava então de ser a líder da economia nacional. Nos anos seguintes, a expansão do peso relativo da economia paulista deveu-se ao fato de que sua indústria foi a que mais se beneficiou do processo que Celso Furtado chamaria de “deslocamento do centro dinâmico”, ou seja, da transformação do mercado interno e, em especial, da atividade industrial, como o principal fator dinamizador da economia nacional, em substituição às atividades primário-exportadoras que haviam definido a dinâmica da economia brasileira até a eclosão da crise (vinda do exterior) de 1929.

Outro momento marcante da trajetória declinante da participação relativa e do papel desempenhado pela economia da região que hoje se denomina Estado do Rio de Janeiro foi o ano de 1960, quando a capital federal é transferida para Brasília. A transferência da capital provocou não apenas uma redução da participação relativa da economia da região, mas também, por outros fatores, houve o início de um processo de esvaziamento econômico e, por suposto, político do Rio de Janeiro, dado que, entre outros motivos, sua elite não conseguiu elaborar e implementar políticas de desenvolvimento regional que aproveitassem as vantagens comparativas do estado e do município (cidade-estado da Guanabara), dada a ausência de identidade regional em um ambiente cultural, institucional e político ainda bastante marcado pela mentalidade e postura de capital federal. A situação agravou-se ainda mais com o advento do golpe militar de 1964 e com tudo o que o mesmo representou, pois este promoveu um processo deliberado de enfraquecimento da representação política notadamente na Guanabara, onde a sociedade organizada ainda exibia potencial de resistência ao arbítrio e à violência institucional inaugurada em primeiro de abril de 1964. Neste ponto, em especial, fica clara a influência de obra seminal de Mauro Osorio (*Rio Nacional, Rio Local*) sobre o autor. Esta ascendência intelectual fica especialmente registrada na seguinte passagem: “a queda de sua [do Rio de Janeiro] função como dirigente nacional ante a diminuta importância social do jogo político local levou a um abismo ideológico entre uma lógica nacional ainda presente, porém agora cada vez mais inorgânica, e uma lógica local que, fragmentária, ganha destaque à medida que estende suas práticas clientelistas. A partir de então, a cultura institucional que se consolidou foi marcada por sérias disputas patrimonialistas no interior das elites locais, arraigando uma crise específica que será sentida no médio prazo”.

Bruno Sobral, porém – com mais ênfase do que Osorio –, classifica os anos 1980 como um momento de definitivo debilitamento socioeconômico do Rio de Janeiro, expresso

na perda de sua participação na renda nacional, destacando que a crise da dívida externa, embora tenha obviamente se instalado sobre todas as regiões do país, afetou especialmente a economia do Estado do Rio de Janeiro, extremante dependente dos gastos públicos, em uma época de acentuada e acelerada crise fiscal do Estado brasileiro. Tal esvaziamento econômico teve tal magnitude que continuou ocorrendo, ao longo dos anos 1980, perda de participação (que já vinha sendo verificada em todo o período entre 1930 e 1980) não apenas das atividades industriais, mas também das demais atividades do Rio de Janeiro nos respectivos PIBs setoriais nacionais.

A partir de meados dos anos 1990, ao deixar de perder peso relativo no PIB nacional, e, mais recentemente, ao ser escolhida como sede de eventos importantes, de caráter e visibilidade internacionais, os investimentos associados direta ou indiretamente a essas efemérides vêm colaborando para criar um ambiente de recuperação da autoestima do Rio de Janeiro, o que levou alguns autores a tirar conclusões apressadas acerca de um suposto dinamismo da economia fluminense acima da média nacional, tema anunciado pelo autor no final da primeira parte do livro, mas que será mais discutido apenas no conteúdo da segunda parte da obra, apropriadamente denominada de “Estrutura e sentido da expansão recente das forças produtivas”.

A segunda parte do livro se debruça sobre um amplo painel de dados e informações estatísticas sobre a evolução da estrutura produtiva (e dos indicadores sociais) nos anos mais recentes, mas se apoia na formulação teórica desenvolvida na primeira parte e nas análises setoriais já elaboradas por outros estudiosos da realidade fluminense, para formular a sua própria crítica de diversas dessas análises já existentes.

Logo nas primeiras linhas do primeiro capítulo da Parte II, intitulado “Aspectos estruturais da economia do Estado do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana no período recente (1995-2010)”, o autor já destaca aquela que representa uma de suas principais preocupações com relação à evolução recente e às perspectivas futuras da economia fluminense: a possibilidade de que se mantenha a “estrutura oca” dentro do referido território. Por “estrutura oca” o autor entende uma estrutura produtiva pouco integrada com setores produtivos com pequeno encadeamento entre as suas respectivas atividades da cadeia produtiva, o que, conseqüentemente, gera pouco dinamismo econômico e modestos efeitos espaciais em todo o território fluminense. Os resultados decorrentes dessa estrutura oca não se restringem aos seus aspectos produtivos, mas também a aspectos sociais e em especial ao

mercado de trabalho, tanto na região metropolitana (de resto, considerada pelo autor como a mais problemática do estado) quanto no interior.

A preocupação da análise interpretativa elaborada pelo autor não se resume a compreender por que a economia fluminense chegou a este ponto (carência de dinamismo, simbolizada pela estrutura produtiva “oca”), mas também se propõe a compreender como os investimentos que vêm sendo feitos, bem como os que ele pontuará como necessários para o breve futuro, podem reverter essa situação de fragilidade produtiva, gerando efeitos virtuosos sobre toda a atividade econômica, em todo o território fluminense, em um contexto também de desenvolvimento nacional.

Desta forma, o autor se debruçará na análise do conteúdo da evolução da participação do produto interno bruto fluminense na renda nacional e também do valor de sua transformação industrial na transformação industrial nacional, avaliando também como tem evoluído a estrutura das exportações fluminenses, nas duas primeiras seções do capítulo. Na terceira seção do capítulo, o objetivo é avaliar a recente evolução da organização territorial fluminense.

Nas duas primeiras partes do referido capítulo, a principal contribuição é colocar em seus devidos termos a tese – bastante difundida a partir do final dos anos 1990 e ainda no início dos anos 2000 – segundo a qual a economia fluminense, em meados dos anos 1990, teria passado por uma “inflexão econômica positiva”, conforme alguns autores postularam à medida que, na segunda metade dos anos 1990, dados oficiais divulgados pelo IBGE exibiam primeiro uma cessação da queda de participação da economia do Estado do Rio de Janeiro no PIB nacional e, depois (como em 1998, por exemplo), até mesmo um pequeno aumento do seu peso relativo na renda nacional. Os primeiros dados divulgados nos anos 2000, porém, derrubaram a apressada tese da “inflexão econômica positiva”, pois foi possível constatar que aquele brevíssimo movimento ascensional do PIB fluminense na renda nacional, ocorrido em anos seletos do final do século passado, não só parou de ocorrer, mas voltou a exhibir movimento descendente entre 2001 e 2010. Pior ainda, pondera Sobral, referindo-se aos dados dos anos 2000 relativos à economia fluminense, “os resultados só não foram piores graças ao espetacular avanço da atividade petrolífera”.

O autor trabalha os dados com cuidado e precisão, o que lhe permite constatar (e argumentar convincentemente) a existência de “indícios de desindustrialização” no estado, ao



desagregar os dados da atividade industrial total, separando os dados da indústria de transformação dos dados da indústria extrativa mineral. Tal disparidade na evolução da produção dos respectivos componentes da indústria agregada serve como ponte para a discussão da “estrutura oca”, uma vez que se revela um dos sintomas claros da ausência de poder de arraste da atividade industrial mais dinâmica da economia do Estado do Rio de Janeiro. Outros elementos dessa estrutura oca, porém, mostram-se presentes, conforme se depreende da continuidade da leitura do capítulo (e de toda a Parte II do livro). Uma tabela especialmente esclarecedora (Tabela 11) revela que, em quase todos os ramos de atividade da indústria de transformação, o crescimento dos mesmos, na economia fluminense, esteve abaixo da média nacional no período entre 1995 e 2010. A seguir, lançando mão de uma organização criativa de dados do comércio da economia fluminense com outros estados do Brasil e também comparando os fluxos comerciais de todos os demais estados da Federação junto à economia estadual mais rica da Nação, o autor reúne mais informações para apoiar seu argumento segundo o qual a economia fluminense, longe de ter sido objeto de uma “inflexão positiva”, mostrou-se, na verdade, vítima de um processo de desindustrialização, acompanhada de regressividade de seu aparelho produtivo, ademais de estar cada vez mais desconectada das demais regiões brasileiras, o que permitiu ao autor concluir que a economia fluminense torna-se cada vez mais dependente do desenvolvimento do país para recuperar pelo menos uma possibilidade de reverter seu quadro regional de estagnação/especialização produtiva (em torno das atividades de extração de petróleo). Analisando a evolução recente da pauta de produção industrial brasileira, o autor mostra que, a despeito de algumas mudanças recentes, a indústria fluminense ainda possui pequena participação de segmentos produtores de bens duráveis e de seus fornecedores em sua estrutura industrial, “justamente o grupo industrial líder do histórico processo de industrialização brasileiro em sua fase mais avançada”.

A seguir, o autor exibe dados que demonstram haver pequeno conteúdo local dos insumos utilizados nas principais atividades industriais do estado, o que se revela como um dos fatores explicativos do conceito cunhado pelo autor de “estrutura oca”. Desta forma, fica claro que esforços no sentido de dinamizar segmentos produtivos fluminenses que contam com “vantagens comparativas” (palavras minhas) em nível nacional correm o enorme risco de serem pouco efetivos em promover a dinamização efetiva da economia do estado caso a estrutura produtiva oca não seja revertida, pois nesse caso a demanda por insumos ou equipamentos “vazariam” para outras regiões/estados da Federação, quando não – o que seria

ainda pior – para outros países, ainda mais porque o processo de desindustrialização não é exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, mas também constitui uma realidade nacional.

O autor inicia esta parte do livro descrevendo o aumento da participação do interior do estado no PIB fluminense, mas ressalta que essa expansão do interior deve-se a fatores pontuais, como a expansão da atividade de extração de petróleo (e de seu preço) e alguns investimentos em certas atividades, como a automobilística e a siderurgia, entre outras. Pondera, porém, que esse aumento da participação do interior no PIB do estado carece de maior sinergia e não tem sido acompanhado de efetiva reversão dos já aludidos sintomas de uma estrutura produtiva oca, ou seja, desarticulação intra e intersetorial considerando-se os principais setores produtivos.

O caso do setor automobilístico ilustra bem o que o autor denuncia em várias partes do livro e que se constitui em uma das principais preocupações descritas em sua obra, qual seja, a ausência de dinamização da estrutura produtiva do estado, dada a falta de articulação entre os setores produtivos (a já mencionada “estrutura oca”): “Mesmo com os investimentos na produção automobilística, a região do Médio Paraíba perdeu relevância no VAB estadual, o que demonstra os efeitos estruturantes limitados para o entorno imediato da atração de grandes empreendimentos quando dissociada de um projeto público indutor”. Por fim, quando analisa a reorganização territorial do estado, Bruno Sobral dedica merecida e justificada ênfase ao “vazio produtivo” que representa a região metropolitana – fato também amiúde mencionado na obra de Mauro Osorio.

No derradeiro capítulo do livro, intitulado “Redivisão territorial do trabalho e mudanças nas condições gerais de produção: os desafios na coordenação de decisões diante dos projetos em disputa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, o autor toma como referência espacial a região metropolitana, eleita por ele como a mais problemática, e procura aproveitar todas as questões teóricas e as análises setoriais elaboradas nos capítulos anteriores para “olhar para frente”, procurando compreender como deveriam se organizar as ações do poder público e a atuação do setor privado a fim de que as potencialidades econômicas do estado possam ser mais bem aproveitadas. A forma como realiza a análise acaba se prestando ao importante papel de definir uma agenda de ações e tarefas a serem implementadas no futuro; ou seja, o capítulo, além de trazer uma boa análise da realidade, é também propositivo, e mostra que os principais setores da atividade industrial do estado, a saber, aqueles vinculados à cadeia siderúrgica, à cadeia petroquímica (que inclui as atividades de extração de

petróleo do pré-sal e de gás) e também à naval, estão justamente entre as principais atividades industriais que o Brasil não só deve estimular, como também reúne condições para tal, caso sejam definidas políticas públicas adequadas para enfrentar o processo de desindustrialização em curso.

Dentro dessa análise setorial e também de economia regional, nada de importante escapa da avaliação de Bruno Sobral: obras de macrodrenagem, investimentos em logística (considerando seus diversos modais), ampliação de compras governamentais como política de desenvolvimento, instalação alfandegadas diferenciadas para movimentação de contêineres são avaliados detalhadamente e em um contexto integrado, fornecendo ao leitor um quadro bastante abrangente – sem que seja superficial – dos diversos aspectos que se relacionam à necessidade de reverter o anteriormente mencionado cenário de “estrutura oca” que caracteriza a atividade produtiva do estado, refutando as análises que haviam postulado em favor do argumento de uma “inflexão econômica produtiva” no estado a partir de meados dos anos 1990. Mais do que isso, o autor não deixa de pontuar a necessidade de que a política macroeconômica, definida em âmbito federal, também tenha capacidade de promover a reindustrialização do país, dentro de um projeto nacional de desenvolvimento.

Em resumo, pode-se afirmar que Bruno apresenta uma obra marcada pela multidisciplinaridade (no sentido de tratar de diversos aspectos da Teoria Econômica, ao mesmo tempo em que incorpora conhecimentos de Sociologia, de Política e de História), mas que não exhibe a superficialidade que muitas vezes caracterizam estudos multidisciplinares. Pelo contrário. A análise apresentada exhibe rigor teórico e acadêmico, trabalhando de forma integrada e profunda os diversos conceitos da Teoria Econômica, para compreender aspectos complexos do desenvolvimento regional de um estado da Federação brasileira que tem uma história peculiar, por ter sido capital federal e por ter sido objeto de uma fusão feita por um regime político autoritário que tomou esta decisão sem levar em conta objetivos desenvolvimentistas.

Ao discutir esses temas da economia fluminense, o autor, na verdade, apresenta ao leitor um diagnóstico arguto sobre a realidade nacional e consegue também levantar questões propositivas para que a economia brasileira retome o caminho do crescimento, da reindustrialização e do progresso social. Tarefa de fôlego, de um autor que já se consolida como referência para o debate do desenvolvimento fluminense e nacional e que tem muito a contribuir para a proposição de medidas voltadas à superação das dificuldades para a

retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, em um momento histórico complexo, em que todos os países com o grau de desenvolvimento atingido pelo Brasil sofrem os efeitos da estratégia chinesa de expansão econômica e geopolítica, que tem promovido inédita redistribuição internacional do trabalho e da produção, com uma rapidez jamais vista na história do capitalismo.

Como professor na disciplina de Economia Brasileira Contemporânea há vinte anos (dos quais cinco na UFF), tenho certeza de que o livro de Bruno Sobral consolida-se como literatura obrigatória para todas as disciplinas de Economia Brasileira, de Economia Regional e Urbana e de Economia Fluminense (pelo menos essas!) das boas escolas de Economia do Brasil.

**Fernando Augusto Mansor de Mattos**

Professor nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF e doutor em Economia pela UNICAMP